

O perfil dos informantes do Atlas lingüístico do Brasil (ALiB)

(Profile of informants of the Atlas Lingüístico do Brasil – ALiB)

Vandersí Sant’Ana Castro

Instituto de Estudos da Linguagem – Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

vandersi@iel.unicamp.br

Résumé: Il s’agit, dans ce travail, de présenter les critères de sélection des informateurs de l’Atlas Lingüístico do Brasil (ALiB), en soulignant ce que ces critères apportent en tant qu’éléments innovateurs par rapport à la tradition méthodologique de la géographie linguistique. Il s’agit également de faire connaître les difficultés trouvées dans la recherche des informateurs au moment de l’enquête, et les solutions qu’il a fallu adopter.

Mots clef: géolinguistique; choix des informateurs; atlas linguistique du Brésil.

Resumo: Trata-se de apresentar os critérios de seleção de informantes adotados pelo Projeto do Atlas Lingüístico do Brasil (ALiB), apontando as inovações que eles representam em relação à tradição da pesquisa em geografia lingüística. Também se relatam as dificuldades encontradas pelos inquiridores na localização dos informantes no momento da coleta de dados, e a solução adotada pelo Projeto.

Palavras-chave: geolingüística; seleção de informantes; atlas lingüístico do Brasil.

Introdução

O Projeto do Atlas Lingüístico do Brasil (ALiB), que teve início em 1996¹, veio concretizar um anseio antigo dos pesquisadores brasileiros da área de dialetologia, a saber, o empreendimento da difícil tarefa de descrever a realidade lingüística brasileira na perspectiva da geolingüística. Desde 1952 a realização de um atlas lingüístico nacional se colocava como uma meta em nosso meio acadêmico². A perspectiva desse trabalho desencadeou inicialmente as necessárias reflexões teóricas e o lançamento das “bases” para o desenvolvimento de uma pesquisa dessa natureza e dessa envergadura, tarefas em que se destacaram Nascentes (1958, 1961) e Silva Neto (1955).³ Diante das dificuldades evidentes para a execução de um projeto dessa grandeza, dadas a extensão

¹ A idéia do Projeto e os primeiros passos para sua implementação surgiram no seminário *Caminhos e perspectivas para a Geolingüística no Brasil*, realizado na Universidade Federal da Bahia (UFBA), em novembro de 1996. Estudiosos da área ali reunidos assumiram o compromisso e o desafio de levar adiante o projeto de um atlas lingüístico nacional, conjugando esforços de pesquisadores de várias universidades brasileiras. (CARDOSO, 2000).

² Em 1952, por ato do governo federal, estabelece-se como principal finalidade da Comissão de Filologia da Casa de Rui Barbosa, centro de pesquisas que então se cria, a “elaboração do atlas lingüístico do Brasil” (Decreto 30.643, de 20/março/1952; Portaria 536, de 26/maio/1952), o que se constitui em um desafio para nossos pesquisadores.

³ Nascentes publica as *Bases para a elaboração do atlas lingüístico do Brasil*, em dois volumes (1958, 1961), sugerindo um **questionário**, uma rede de **pontos**, um roteiro de **ficha do informante**, e outro de **ficha de localidade**, “bases” jamais negligenciadas pelos investigadores que vieram a seguir a direção da pesquisa geolingüística no Brasil. Serafim da Silva Neto, enfatizando a necessidade de se criar entre nós a “mentalidade dialetológica”, desenvolveu, nas palavras de Rossi (1967, p. 106), um “verdadeiro apostolado”, através de seus livros e artigos, e dos cursos e conferências que realizou em diversos pontos do país.

geográfica do país e a precariedade de suas vias de comunicação, a alternativa, não desprezível e muito pertinente, foi a elaboração de projetos de atlas regionais, o primeiro deles só concretizado no início da década de 60 (ROSSI, 1963). Só depois da idealização, elaboração e publicação de cinco atlas lingüísticos regionais (ROSSI, 1963; RIBEIRO et al., 1977; ARAGÃO & MENEZES, 1984; FERREIRA et al., 1987; AGUILERA, 1994) é que chegou, finalmente, o momento do projeto nacional. E o Projeto ALiB é hoje uma realidade. Vencidas as etapas iniciais, o Projeto se encontra, atualmente, bastante avançado em sua fase de coleta de dados, iniciada em 2001⁴. No que diz respeito às vinte e cinco capitais⁵ contempladas na rede de pontos do Projeto, todo o trabalho de campo já foi realizado, e o material coletado já foi, em grande parte, objeto de transcrição grafemática ou fonética, conforme a natureza dos dados. Considerando um aspecto metodológico do ALiB, o presente trabalho toma como foco o perfil dos informantes e pretende: a) expor os critérios de seleção dos informantes adotados no Projeto, apontando as inovações que representam em relação aos critérios tradicionais da área, e as perspectivas de estudo que essas inovações abrem; b) considerar as dificuldades atestadas no trabalho de campo do ALiB no que diz respeito à localização dos informantes com o perfil desejado.

O informante tradicional em geografia lingüística

Na tradição metodológica da geografia lingüística, uma das mais notórias características compartilhadas pelos principais projetos, como observam Chambers e Trudgill (1988), é o perfil do informante selecionado. Considera-se como informante ideal o habitante da zona rural, de sexo masculino, mais velho, que não tenha saído de sua região. É o que Chambers e Trudgill (1988: 33) resumem na sugestiva sigla, em inglês, NORMs – “nonmobile, older, rural males”. (Em português, a sigla correspondente seria HARAS – H: homem, A: adulto, R: rurícola, A: analfabeto, S: sedentário (ZÁGARI, 2005).)

Consideremos, por exemplo, o caso do Atlas Lingüístico da França, de Jules Gilliéron, considerado o pai da geografia lingüística. Na coleta de dados, realizada de 1897 a 1901, a seleção dos informantes ficou nas mãos do inquiridor, o legendário Edmond Edmont. Percorrendo todo o interior da França, de bicicleta, e realizando inquéritos em 639 localidades, Edmont entrevistou 700 informantes, que constituem um grupo social bastante homogêneo. Segundo comentário de Chambers e Trudgill (1988), nunca ficou claro se essa homogeneidade ocorreu de propósito ou por acaso, mas o fato é que, dos 700 informantes, somente 60 eram mulheres; somente cerca de 200 eram mais instruídos que a norma da zona rural da época; e todos eram de lugares franceses⁶.

⁴ Para informações sobre o desenvolvimento do ALiB, consultar o site do Projeto: www.alib.ufba.br

⁵ Lembramos que Brasília e Palmas não foram incluídas na pesquisa por serem de fundação mais recente, não propiciando por isso a representação adequada de informantes da segunda faixa etária prevista no Projeto – 50 a 65 anos (com pais também nascidos na localidade).

⁶ Referindo-se ao Atlas lingüístico da França, Pop (1950: 125) observa que “as informações sobre os sujeitos interrogados são bastante reduzidas em comparação com as que são dadas hoje [1950] nos Atlas lingüísticos”. As inferências sobre o grau de instrução dos informantes se fariam, como de fato fez Pop, com base na ocupação de tais pessoas, informação que Pop buscou na *Notice* sobre o Atlas (*Atlas linguistique de la France, Notice servant à l'intelligence des cartes*, Paris: Champion, 1902, gr. In-8°, 56 pages).

Já em meados do século XX, o projeto de pesquisa sobre os dialetos do inglês na Grã-Bretanha (Survey of English Dialects – SED, de Eugen Dieth e Harold Orton), cujo trabalho de campo foi realizado de 1950 a 1961, selecionou como informantes: habitantes da zona rural, acima de 60 anos, nativos na localidade (assim como seus pais, preferentemente).

Em seu *Guia para estudos dialetológicos*, Serafim da Silva Neto, salientando a importância dessa etapa da pesquisa, preconiza, entre as condições a serem preenchidas pelo informante, as seguintes:

ser pessoa do lugar, filho de gente do lugar (...); se casado, deve a esposa ser também do lugar (...); ser iletrado se possível analfabeto (...); não ser viajado, não ter feito o serviço militar (...); ser agricultor, filho de agricultor (...); ter entre 30 e 50 anos de idade. (SILVA NETO, 1955, p. 28-29)

Reencontramos nessa descrição o perfil tradicional já apontado.

A motivação para essa consistente escolha dos informantes é clara. O informante deve ser nascido na localidade e ter pouco trânsito fora de sua área para garantir que sua fala é representativa da localidade em que mora, ou seja, para garantir que sua maneira de falar não sofreu influência de outros padrões lingüísticos. Silva Neto acentua que “só assim podem merecer confiança os dados” coletados (SILVA NETO, 1955, p. 28). (Deve-se destacar que esse é um critério fundamental e geral em pesquisa dialetológica). O informante deve, ainda, ser de zona rural por uma razão semelhante: trata-se de uma área em que a língua fica mais preservada, já que a zona urbana envolve muito mais mobilidade e contatos lingüísticos variados. Deve ser iletrado, pois, conforme a justificativa de Silva Neto (1955, p. 28), “facilmente se compreende que uma pessoa que tenha freqüentado a escola, mesmo a primária, já contaminou a pureza de seu falar com formas da **língua comum**”. Deve ser mais velho, para refletir uma linguagem mais conservadora, mais ligada a um tempo passado. Sobre a preferência pelo informante do sexo masculino, Chambers e Trudgill (1988: 35) observam que ela se deveria ao fato de que, “nos países ocidentais a fala das mulheres tende a ser mais cuidadosa [*self-conscious*] e mais consciente da classe social [*class-conscious*] que a dos homens”. A propósito, citam Orton, do projeto SED (britânico), que diz: “Neste país [Inglaterra], os homens falam o vernáculo mais freqüentemente, mais consistentemente e mais genuinamente que as mulheres”, o que, segundo os autores, poderia ser verdadeiro para qualquer outro lugar (CHAMBERS & TRUDGILL 1988, p. 35).

Particularmente sobre o sexo do informante, Silva Neto faz uma observação que considera “muito importante”, e que introduz uma variação no critério acima mencionado:

Tendo-se em conta que o vocabulário feminino é diferente do masculino e que as mulheres, como é natural, conhecem melhor determinadas atividades – as que lhe são tradicionalmente confiadas – é de bom alvitre inquirir, em cada lugar e sempre que possível, um homem e uma mulher. (SILVA NETO, 1955, p. 29)

Dentro dessa tradição da geografia lingüística, nossos primeiros atlas lingüísticos regionais selecionaram informantes de zona rural; de pouca ou nenhuma

escolaridade; nascidos na localidade e pouco viajados. Quanto à idade dos informantes, não se constata muita variação entre esses atlas. Quanto ao sexo dos falantes, todos os atlas incluíram, como informantes, homens e mulheres, embora nem sempre propiciem a exploração dessa variável. Considerando os cinco atlas regionais brasileiros - *Atlas prévio dos falares baianos* – APFB (ROSSI, 1963), *Esboço de um atlas lingüístico de Minas Gerais* - EALMG (RIBEIRO et al., 1977), *Atlas lingüístico da Paraíba* - ALPB (ARAGÃO & MENEZES, 1984), *Atlas lingüístico de Sergipe* - ALS (FERREIRA et al., 1987), *Atlas lingüístico do Paraná* – ALPR (AGUILERA, 1994) - publicados antes do surgimento do projeto ALiB, o que se deu em 1996, podemos assim sistematizar o perfil dos informantes investigados nos vários projetos:

Quadro 1. Perfil dos informantes dos primeiros atlas lingüísticos regionais brasileiros

atlas	informantes			
	zona	escolaridade	sexo	idade
APFB (1963)	rural	analf.,semi-alf.	H/M	25 a 84 anos
EALMG (1977)	rural/urb	analf.a primário	H/M	30 a 50 anos
ALPB (1984)	rural	analf.a primário	H/M	30 a 75 anos
ALS (1987)	rural	analf.,semi-alf.	H/M	30 a 65 anos
ALPR (1994)	rural	analf.a primário	H/M	27 a 62 anos

Quanto à idade dos informantes, deve-se observar que nenhum dos atlas mencionados prevê estritamente a consideração de diferentes faixas etárias. Com relação ao gênero, todos inquiriram informantes dos dois sexos, mas nem sempre de modo sistemático. Ou seja, nem sempre os informantes de sexo masculino e de sexo feminino são representados em número equilibrado - no EALMG, por exemplo, nos 50 primeiros pontos investigados, somente 4 mulheres foram entrevistadas. Ou ainda, nem sempre se tem um informante de cada sexo na mesma localidade. No APFB, por exemplo, segundo relato de Ferreira (1998: 20), embora o propósito fosse entrevistar, em cada localidade, dois informantes, de sexo e idades diferentes, isso nem sempre aconteceu, havendo, assim, “7 localidades em que se ouviram apenas mulheres”. Além disso, uma situação que se encontra em alguns desses atlas é que não é possível relacionar a forma atestada na localidade ao informante que a realizou, o que impossibilita a exploração dessa variável. Exemplificação oposta se encontra no APFB, no ALS e no ALPR: nesses atlas, o registro dos dados nas cartas permite identificar o informante que realizou a forma atestada, sendo, portanto, possível analisar os dados em correlação com a variável sexo do informante.

Em suma, fica claro que, na concepção tradicional da geografia lingüística, o objetivo da pesquisa é estritamente a variação em sua dimensão diatópica, também chamada horizontal, ou espacial, ou areal. Nossos primeiros atlas lingüísticos regionais voltaram-se para esse objetivo precípua. Mas, como pudemos ver, já no APFB abre-se a possibilidade de se considerar a variação na dimensão diasssexual⁷, embora não em referência à totalidade das localidades. Essa dimensão, que não é contemplada de forma geral no APFB, torna-se sistemática no ALS e no ALPR: conforme já mencionamos, em ambos os projetos, foram entrevistados um homem e uma mulher em cada localidade, e as cartas fornecem meios de se reconhecer qual é a resposta de cada um dos informantes, o que permite recuperar eventual variação lingüística

⁷ Head (1985), por exemplo, explorou essa possibilidade analisando dados do APFB.

relacionada ao gênero. Isso já significa um avanço metodológico importante na pesquisa geolingüística.

O informante ALiB

Evidentemente, o Projeto ALiB considerou toda a experiência anterior da pesquisa geolingüística ao definir o perfil de seus informantes. Mas considerou também as novas orientações que se imprimiam na área, na segunda metade do século passado, sobretudo por influência da sociolingüística, acentuando a importância de se estabelecer correlação entre dados lingüísticos e características sociais dos informantes. Com relação ao objeto de estudo, especificamente, impõe-se o reconhecimento de que a realidade social do país, com o passar do tempo, tornara-se mais complexa, diversificando-se as comunidades antes monoestráticas, o que exige a inclusão de outros critérios na seleção dos informantes, além dos tradicionalmente considerados. Desta forma, o Projeto ALiB se abriu a novos parâmetros, além do diatópico, alinhando-se com a geolingüística moderna, que, no entendimento de especialistas da área, “caminha para tornar-se uma verdadeira ciência da variação, no sentido amplo do grego *dialéktos*” (RADTKE & THUN, 1999, p. 35). Como salienta Brandão (1991), o aperfeiçoamento do método geolingüístico conduz a um conhecimento mais preciso de seu objeto de estudo:

(...) é certo (...) que os princípios da geografia lingüística combinados aos da sociolingüística podem ensejar um melhor conhecimento dos mecanismos com que opera uma língua e dos fatores que determinam sua evolução. (BRANDÃO, 1991, p.12)

Levando em conta, portanto, essa nova postura metodológica da geolingüística, os informantes do ALiB, conforme se estabeleceu no Projeto (COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALiB, 2001), atendem às seguintes características:

1. Mantendo-se a norma da investigação dialetológica, os informantes devem ser naturais da localidade investigada, não tendo se afastado dela por mais de 1/3 de sua vida. Os pais também devem ser naturais da localidade, preferentemente, ou da mesma região. Em atenção a esse critério, evitam-se informantes cuja profissão exige deslocamentos constantes (caminhoneiros, por exemplo). Por outro lado, para garantir que o informante seja um bom representante da comunidade onde vive, ele deve estar inserido no contexto social, com endereço e profissão definidos.
2. Em relação ao fator idade, os informantes se enquadram em duas faixas etárias – de 18 a 30 anos, e de 50 a 65 anos -, de forma a se ter a representação de falantes mais jovens e de falantes mais velhos.
3. Contemplando-se a variável gênero, em cada localidade são entrevistados informantes do sexo masculino e do sexo feminino, distribuídos nas duas faixas etárias mencionadas.
4. Quanto à escolaridade, os informantes devem ser alfabetizados, tendo cursado no máximo até a 4ª série do ensino fundamental. Esse critério inicialmente adotado foi flexibilizado ao longo da pesquisa, passando-se a admitir-se informantes que chegaram até à 8ª série, fato que será oportunamente

comentado. Nas capitais, acrescentam-se informantes com nível universitário, contemplando-se as duas faixas etárias e os dois gêneros.

Sintetizando as três últimas características, em cada uma das 250 localidades investigadas pelo ALiB, são entrevistados 4 informantes – 2 homens e 2 mulheres, distribuídos equitativamente nas duas faixas etárias. Nas capitais, a esses 4 informantes juntam-se outros 4, de nível universitário, contemplando-se equitativamente os dois gêneros e as duas faixas etárias.

Ainda sobre o perfil do informante, fato importante a se destacar é que a investigação do ALiB se faz em zona urbana, e não em zona rural, o que constitui uma grande inovação, que se justifica plenamente: nossa população, que já foi predominantemente rural, é hoje predominante urbana. Isso fica evidente no confronto de alguns dados demográficos: em 1950, para uma população de 51.994.397 habitantes, 33.161.506 viviam na zona rural e apenas 18.782.891 viviam na zona urbana. Ou seja, aproximadamente 64% dos habitantes habitavam no campo e apenas 36% nas cidades. Em 1991, passados 40 anos, portanto, o quadro é muito diferente: de uma população total de 146.917.459 habitantes, 110.875.826 (isto é, 75%) viviam nas cidades e apenas 36.641.633 (isto é, 25%) habitavam o campo. Em 2000, a tendência se acentua: 81% da população vive nas cidades e 19% vive na zona rural. O quadro abaixo expõe esses dados.

Quadro 2. População urbana e rural no Brasil

	população total	população urbana	população rural
1950	51.994.397	18.782.891 (36%)	33.161.506 (64%)
1991	146.917.459	110.875.826 (75%)	36.641.633 (25%)
2000	169.799.170	137.953.959 (81%)	31.845.211 (19%)

Fonte: IBGE

Evidentemente, essa realidade não poderia ser ignorada, e é ela que explica o fato de o ALiB ter adotado a decisão de selecionar seus informantes entre a população urbana, diferentemente do que preconizava a metodologia tradicional. (Na verdade, não é só nesse aspecto que a realidade demográfica de nossos dias se contrapõe àquele informante ideal da geografia lingüística dos primeiros tempos, pois, como lembram Chambers e Trudgill (1988: 35), “atualmente, a maioria da população é móvel, mais jovem, urbana e feminina – em outros termos, diametralmente oposta ao padrão NORMs” - nonmobile, older, rural, males).

Ao considerar o parâmetro diasssexual, o ALiB possibilita importante perspectiva de estudo da variação lingüística. Ainda se procuram respostas globais a perguntas relativas à variação diasssexual, como, por exemplo, se o comportamento verbal das mulheres é mais inovador ou mais conservador em relação ao dos homens (RADTKE e THUN, 1999). Os dados do ALiB podem contribuir para essa discussão.

Ao considerar o parâmetro diageracional, associado ao diatópico, o ALiB reforça a vocação da geolingüística de fornecer elementos para a compreensão da história da língua. A variação diageracional claramente expressa na apresentação cartográfica pode evidenciar a diacronia na sincronia, a mudança lingüística em andamento.

Ao considerar diferentes níveis de escolaridade (ainda que só nas capitais), o ALiB abre a possibilidade de se avaliar o peso desse fator na variação lingüística, visto

que se trata de importante característica na estratificação social. Permite-se, assim, o exame de um aspecto da dimensão diastrática da variação.

Ultrapassando, portanto, o estrito enfoque monodimensional, característico da geografia lingüística tradicional, e adotando uma perspectiva multidimensional, refletida na seleção dos informantes, o ALiB acompanha um passo importante que a geolingüística moderna tem dado na revisão de sua metodologia.

Resta comentar, agora, as dificuldades que temos encontrado no trabalho de campo em relação à seleção dos informantes.

Dificuldades na seleção dos informantes do ALiB

A definição desses variados parâmetros evidentemente exige rigor na escolha dos informantes para a garantia de resultados confiáveis no levantamento dos dados. No trabalho de campo efetivo, os inquiridores têm contado com a ajuda de determinados intermediários (funcionários de prefeituras, de delegacias de ensino, por exemplo) para localizar e contactar os informantes desejados para a pesquisa. Todavia, a localização de informantes com as características desejadas nem sempre é fácil. Um ponto a ser observado é que há muita mobilidade da população em nossos dias – com freqüência se identificam potenciais informantes cujos pais são de outra região, por exemplo. Mas a principal dificuldade, que tem se repetido nas diversas localidades, tem sido encontrar informantes da faixa de 18 a 30 anos que tenham cursado até no máximo a 4ª série. Tomemos o exemplo do trabalho de campo realizado em Campinas-SP, cidade de grande desenvolvimento e que tem recebido muitos brasileiros de várias regiões do país, notadamente de Minas Gerais. Depois de árdua procura, identificado um candidato aparentemente ideal, de baixa escolaridade (4ª série), logo se percebia que a característica estava associada a outra, desta vez indesejável – os pais eram de outra região. De tal forma se repetiu essa dificuldade pelo Brasil afora que foi necessário flexibilizar o critério inicial, como já foi mencionado, ampliando-se a faixa aceitável de escolaridade até o final do ensino fundamental. A busca preferencial continua sendo por informantes com até a 4ª série, mas abre-se a possibilidade de termos um informante que avançou mais no ensino fundamental.

O que se constata, na prática, é que o nível de escolaridade cresceu entre a população. Nesse sentido, vale lembrar que em 1900, início do século passado, a taxa de analfabetismo no país atingia o índice de 65% da população. Em 1992, o número de analfabetos era de 17,2%. Em 2005, conforme dados oficiais do governo (Ministério de Educação), o índice de analfabetismo entre pessoas com mais de 15 anos cai para cerca de 11%. E em 2007, conforme estudo do Instituto de Pesquisas Aplicadas (Ipea), realizado com base nos resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad/2007), a taxa de analfabetismo no país se reduziu para 10%. (Esse estudo foi apresentado em 14/10/2008 e divulgado na mesma data pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República – Ed. nº 713, Brasília 14/10/2008.) E, mais especificamente, com relação ao nível de escolaridade do brasileiro, dados do IBGE indicam que, em 2000, na faixa de 25 a 30 anos (em que se situa a mencionada dificuldade do ALiB), tínhamos no país um universo de 85.464.452 pessoas. Desse total, cerca de 36% estavam acima do nível de ensino fundamental. E cerca de 30% tinham cursado da 4ª à 7ª série. Dessa forma, já em 2000, teríamos cerca de 66% das

pessoas entre 25 e 30 anos escapando ao nosso critério de escolaridade máxima de até 4ª série. Compreende-se que abaixo de 25 anos a dificuldade de encontrar pessoas com essa escolaridade seria ainda maior. A flexibilização do critério parece, assim, justificada e tem permitido o avanço do trabalho de campo.

Considerações finais

Para concluir, cabe destacar que, com a adoção de parâmetros que vão além do diatópico, assumindo, assim, um enfoque multidimensional, o ALiB procura levar em conta os avanços metodológicos que se introduziram na geolingüística mais recentemente, aparelhando-se de forma mais adequada para a consideração da sociedade brasileira em sua configuração atual, tendo em vista as mudanças que têm se verificado em nosso cenário social nos últimos tempos. Desta forma, o Projeto ALiB poderá contribuir para um melhor conhecimento da história e do funcionamento da língua na complexidade social de nossa comunidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUILERA, Vanderci de Andrade. *Atlas lingüístico do Paraná*. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado, 1994.
- ARAGÃO, Maria do Socorro Silva de & MENEZES, Cleusa Palmeira Bezerra de. *Atlas lingüístico da Paraíba*. Brasília: UFPB/CNPq, Coordenação Editorial, 1984.
- BRANDÃO, Sílvia Figueiredo. *A geografia lingüística no Brasil*. São Paulo: Ática, 1991.
- CARDOSO, Suzana Alice Marcelino. Atlas lingüístico do Brasil: um projeto nacional para conhecimento do português brasileiro. In: GÄRTNER, Eberhard et al. (eds.). *Estudos de geolingüística do português americano*. Frankfurt am Main: TFM, 2000. p. 33-53.
- CHAMBERS, J. K. & TRUDGILL, Peter. *Dialectology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.
- COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALiB. Apresentação. In: _____. *Atlas lingüístico do Brasil: questionários 2001*. Londrina: Ed. UEL, 2001. p. vii – ix.
- FERREIRA, Carlota. Atlas prévio dos falares baianos: alguns aspectos metodológicos. In: AGUILERA, Vanderci de Andrade (org.). *A geolingüística no Brasil: caminhos e perspectivas*. Londrina: Ed. UEL, 1998. p.15-29.
- FERREIRA, Carlota et al. *Atlas lingüístico de Sergipe*. Salvador: UFBA/FUNDESC, 1987.
- HEAD, Brian F. A alternância entre consoantes líquidas: um caso de condicionamento múltiplo. *Estudos lingüísticos XI*, p. 142-158, 1985.
- NASCENTES, Antenor. *Bases para a elaboração do atlas lingüístico do Brasil*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, vol. I, 1958, vol.II, 1961.

POP, Sever. *La dialectologie – Aperçu historique et méthodes d'enquêtes linguistiques*. Louvain : Chez l'Auteur, 1950. 2v. (Première partie : Dialectologie Romane ; seconde partie : Dialectologie Non Romane.)

RADTKE, Edgar & THUN, Harald. Novos caminhos da geolingüística românica: um balanço. *Cadernos de tradução*, 5, p.31-51, jan.1999.

RIBEIRO, José et al. *Esboço de um atlas lingüístico de Minas Gerais*. Rio de Janeiro: MEC/Casa de Rui Barbosa/UFJF, 1977.

ROSSI, Nelson. A dialectologia. *Alfa* 11, p. 89-112, 1967.

_____. *Atlas prévio dos falares baianos*. Rio de Janeiro: MEC/INL, 1963.

SILVA NETO, Serafim. *Guia para estudos dialetológicos*. Florianópolis: Faculdade Catarinense de Filosofia – Publicações do Centro de Estudos Filológicos nº 4, 1955.

ZÁGARI, Mário Roberto L. Os falares mineiros: Esboço de um Atlas Lingüístico de Minas Gerais. In: AGUILERA, Vanderci de Andrade (org.). *A Geolingüística no Brasil: trilhas seguidas, caminhos a percorrer*. Londrina: Eduel, 2005. p. 45-72.

